

ANDRAGOGIA, EAD E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO¹

Sidnei Lopes Ribeiro²
geosidnei@gmail.com

RESUMO

O texto trata da andragogia – o aprendizado dos adultos – e traz algumas boas práticas para uso em EAD, utilizando-se de uma abordagem quanti-qualitativa em pesquisa aplicada exploratória e bibliográfica. Primeiro comenta-se a importância da Educação e da EAD para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, depois conceitua-se a andragogia e suas ligações com a EAD e finaliza-se comentando boas práticas andragógicas, úteis à superação dos desafios da EAD e da educação presencial. Como falta universalizar o ensino superior e dotar o ensino público da qualidade necessária para acelerar o desenvolvimento socioeconômico do país, as TIC, a ampliação da EAD no ensino superior e dos conceitos da andragogia – que motiva um aprendizado mais eficientes dos alunos de todas as idades – são ferramentas auxiliares para cumprir esse objetivo educacional.

Palavras-chave: Andragogia, Desenvolvimento Humano, Educação.

Abstract

The text, that uses a quantitative and qualitative approach in applied research and exploratory literature, treat to andragogy – dedicated to adult learning – and brings some good practices for use in distance education (DE). First it comments on the importance of education and DE, specifically to the Brazilian socioeconomic development; after, it conceptualizes the andragogy and its links with DE and finalize commenting the good andragogical practices, useful to overcome the challenges of DE and traditional learning. As is needed universalize the higher education and provide public education of quality to accelerate the socioeconomic development of the country, the ICT, the enhanced use of DE in higher education and the andragogy – that motivate the most efficient learning of students of all ages – are tools that aids this educational goal.

Key-words: Andragogy, Human Development, Education.

¹ Este é um aprofundamento do Trabalho de Final de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista *Lato Sensu* em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD. Aprovado em 28 de novembro de 2015, no Polo de Araras (SP) da Universidade Aberta do Brasil.

² Professor de Geografia na rede estadual de ensino de São Paulo; licenciado, bacharel, especializado no ensino e mestre em Geografia; especializado em PIGEAD; doutor em Geociências; e-mail: *geosidnei@gmail.com*.

1. Introdução

A ideia central deste trabalho, fundamentada nos autores citados, é que a Educação – não importando se presencial ou à distância – é o principal motor do desenvolvimento de um país, como afirmaram, por exemplo, Sen (2000) e Dowbor (2012 e 2013), dentre outros, com os quais concordamos. Porém, não é fácil para os países emergentes realizarem este objetivo de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

O Brasil, por exemplo, avançou muito na quantidade de vagas no ensino básico, está ampliando as vagas do ensino superior e buscando, em todos os níveis de ensino, adicionar a qualidade ao processo educacional. A educação superior, em destaque a graduação, tem se consumado por meio de políticas de expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, e, nas duas últimas décadas, tem contado com políticas e ações direcionadas à expansão da educação a distância (EAD), resultando em aumento de solicitação de credenciamento institucional nos cursos de graduação e, também, de pós-graduação para essa modalidade no país.

Devido às características socioeconômicas da população adulta brasileira, cursar o ensino superior é uma tarefa especialmente árdua para as classes trabalhadoras por vários motivos: falta de tempo para assistir às aulas presenciais, falta de recursos financeiros para pagar mensalidades, comprar material e deslocar-se todos os dias até a instituição de ensino superior presencial. Por isso, quando frequenta um curso bem estruturado, a EAD³ é a modalidade educacional para a promoção do desenvolvimento socioeconômico porque permite ao trabalhador administrar sua realidade com maiores probabilidades de sucesso.

Este texto, em sentido amplo, volta-se a toda a comunidade educacional, porém direciona-se mais especificamente à EAD, geralmente ofertada a adultos dos ensinos público e privado voltados à capacitação em nível superior tanto teórica quanto tecnológica, visando à aquisição de conhecimentos e técnicas para uso cotidiano em ambiente de trabalho. Em um país emergente como o Brasil, sabemos das carências do sistema educacional público (básico e superior), apesar de os incrementos por parte do governo como aumento no número de vagas e incentivo à abertura de IES públicas e privadas. Assim, para acelerar o desenvolvimento, o país deve lançar mão de políticas públicas, incentivos e propostas metodológicas para a promoção de ações educacionais, cujo produto visará à superação dos gargalos socioeconômicos e socioambientais da nação.

Considerando os dados quantitativos de matrículas em EAD nos últimos anos, em 2013 houve 2,7 milhões de matrículas em cursos de graduação no Brasil e os cursos de EAD representaram 18,8% das matrículas de graduação. Das matrículas em EAD no mesmo ano, 39,1% foram em licenciatura, 31,3% em bacharelado, 29,6% em cursos tecnológicos e a rede privada recebeu 86,6% das matrículas dos

³ A Educação a Distância (EAD) é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

ingressantes em graduação (PORTAL BRASIL, 2014). Para o presidente do Inep, Chico Soares, os dados demonstram que a EAD extrapola a formação de professores e chega a bacharelados e a cursos tecnológicos (PORTAL BRASIL, 2014). Os dados demonstram que se não houvesse EAD no Brasil, o número de matrículas no nível superior seria quase 20% menor, ou seja, haveria 80% das vagas.

Ainda destacamos que a EAD pode diminuir os grandes desequilíbrios de desenvolvimento entre as diversas regiões deste imenso país com dimensões continentais. Sabemos que são as regiões mais carentes de desenvolvimento socioeconômico justamente as que mais necessitam de educação pública de qualidade para se desenvolver.

Portanto, este trabalho insere-se no contexto dos trabalhos voltados para EAD e nos detemos nas considerações a respeito da teoria de aprendizado desenvolvida para adultos, a Andragogia, bastante desenvolvida por Knowles (CRAWFORD, 2005). Acreditamos que este texto seja útil como base didática para o uso com alunos adultos, que frequentam cursos de EAD, pois nele resgatamos alguns conceitos, princípios e práticas da referida teoria de ensino.

São objetivos deste trabalho: evidenciar a importância da EAD para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e relacionar a andragogia à EAD, levantando as melhores práticas utilizáveis em EAD. Como metodologia, para cumprir os objetivos, faremos uma abordagem quanti-qualitativa com a natureza de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório e procedimentos de pesquisa bibliográfica com predomínio de referências *online*, devido às características do tema EAD. O texto inicia-se com a importância da Educação (e da EAD) para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil; depois evidencia a importância da EAD no processo educacional em um país como o Brasil, além de suas relações com a andragogia; na seção final há algumas teorias e práticas da andragogia, que podem ser aplicadas à EAD e também à educação presencial.

A seguir, no tópico “*educação a distância ou ensino a distância?*”, primeiro discorreremos sobre fatos ligados à definição de EAD e a sua importância para a formação educacional dos adultos. Depois, apresentamos alguns dados positivos a respeito da EAD na formação dos adultos e nos posicionamos a favor da modalidade a distância como ferramenta de desenvolvimento nacional. Comentamos os desafios da EAD, tanto positivos quanto negativos, que envolvem as políticas públicas e as prioridades (ou não) dos planos nacionais de educação. Também citamos que o público-alvo da EAD é predominantemente a população adulta e que a melhor forma de atender esses clientes é por meio da teoria pedagógica da Andragogia e tecemos considerações iniciais sobre a referida teoria pedagógica.

2. Educação a distância ou ensino a distância?

São diversos os conceitos e explicações. Na literatura especializada alguns autores diferenciam, privilegiam ora um aspecto, ora outro, tentando exprimir uma precisão terminológica que não chega a ser consensual; outros aplicam os dois termos com o mesmo sentido. A própria legislação brasileira utiliza-se dos dois termos sem discriminação. Assim, partiremos do conceito de Moran (2008), que julgamos suficiente aos propósitos deste trabalho, pois contempla uma gama de possibilidades de aplicações. Desta forma, a EAD seria

o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes. Na expressão “ensino a distância” a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância). Preferimos a palavra “educação” que é mais abrangente, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada (MORAN 2008, p. 1).

Outro conceito importante, destacado por Moran (2008), é o de educação contínua ou continuada, que ocorre no processo de formação constante, de aprender sempre, em serviço, unindo teoria e prática, refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações. Esse conceito também está associado à EAD, por ser esta a modalidade que mais é aplicada para a promoção da educação continuada.

Justifica-se a importância da EAD para o desenvolvimento de um país como o Brasil, pois os recentes aumentos de investimentos em educação pública, prescritos pela Constituição Federal, ainda não são suficientes para resolver o problema da falta de vagas presenciais na educação básica e na educação superior. Além disso, a rede escolar básica pública tem deficiências na qualidade do serviço que atende a maioria da população nacional e um país só se desenvolve de maneira sustentável quando investe maciçamente em seu sistema educacional:

O que o desenvolvimento humano faz? [...] cria oportunidades sociais, amplia as capacidades e a qualidade da vida humana [...]. A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade da vida (SEN, 2000, p. 171).

De acordo com Costa e Oliveira (2013, p. 111), no novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), a EAD surge difusa dentre poucas estratégias e se concentra na educação de jovens, na educação no campo e na pós-graduação *stricto sensu* e não menciona a EAD nos cursos de graduação das IES. Dentre muitas indagações dos autores, escolhemos esta, que também faz parte de nossos questionamentos: “De que forma se elevará a taxa bruta de matrícula no Ensino Superior para 50% e líquida de 33% da população de 18 a 24 anos de idade? E a formação dos professores, de que forma será realizada?” (COSTA e OLIVEIRA, 2013, p. 111).

Novamente, fazemos nossas as palavras de COSTA e OLIVEIRA (2013, p. 111): “a não explicitação do papel da EAD na sociedade brasileira pelo PNE (2011-2020) poderá surtir efeitos que não favorecerão a democratização da educação no Brasil”. Traduzindo: a democratização da educação no Brasil continua ameaçada porque a EAD, que poderia levar educação de qualidade às periferias da nação, foi deixada de lado. Sua participação ficou restrita apenas a

fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância (Estratégia 10.3), (AGUIAR et al., 2014, p. 37).

Houve até mesmo uma tentativa da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) de modificar o artigo 2º do PL 8.035 e de incluir a meta 21 e suas estratégias de implementação, porém o texto não foi incluído na Lei 13005/2014, que trata do PNE (2014-2024)⁴.

Mas, apesar de ter sido deixada de lado no atual PNE, a EAD tem muitos desafios a superar no Brasil. O primeiro deles é o do desequilíbrio de desenvolvimento entre suas grandes regiões. Em um país com dimensões continentais, as regiões que mais precisam de desenvolvimento socioeconômico são exatamente as mais carentes de educação pública de qualidade. De acordo com o Censo da Educação Superior 2010, das matrículas presenciais em graduação, a Grande Região Norte obteve apenas 6,5% das matrículas, a Região Centro-Oeste teve 9,1% das matrículas, a Região Sul teve 16,%, a Região Nordeste teve 19,3% e a Região Sudeste preencheu 48,7% das vagas (INEP, 2011, p. 7). E, de acordo com o Censo de Educação a Distância 2014, a maioria das instituições participantes/respondentes ao censo EAD encontra-se nas regiões Sudeste (41% do total) e Sul (25% da amostra), totalizando 66% da amostra; o Nordeste representa-se por 41 instituições participantes (15% do total), o Distrito Federal tem 28 instituições (10% do total) e as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam a menor representatividade, somando 9% das instituições respondentes (ABED 2015, p. 7).

A EAD pode diminuir esse desequilíbrio, levando o desenvolvimento social e econômico às regiões mais distantes e, também, é capaz acabar com preconceitos:

“[...] eu não tinha dimensão desse preconceito [contra a EAD] até o dia em que a [rede] Globo [de televisão] mostrou as eleições [de 1982] [...] levando a urna de barco [no rio Amazonas] para uma comunidade ribeirinha e eu falei assim: - Meu Deus! E a educação chega como? E, a partir daquele dia eu comecei a falar: não dá pra pensar em solução [para a educação] construindo prédios, [contratando] professores... a gente tem que otimizar isso para solucionar o Brasil [...]” (GUERRA apud UNB, 2011).

A citação acima, da professora Fátima Guerra, introduz outro grande desafio da EAD que é o da superação dos preconceitos. Há os preconceitos externos à EAD provenientes da sociedade, como “ninguém aprende nada” ou “EAD é fácil”, que se tratam do desafio cultural, descrito pelo prof. João Vianney Cavalcanti Nuto (MEC, 2011); e há os preconceitos de setores da academia, como “isso não é sério”, “não é de quem é acadêmico” (GUERRA apud UNB, 2011), que se constituem em desafios metodológicos, descritos pelo professor Nuto (MEC, 2011). Também há os temores de desemprego que rondam os profissionais da educação. E, finalizando, há os desafios e problemas internos à EAD. Um deles

⁴ LITTO, F. M. A Educação a Distância no Plano Nacional de Educação. **Informativo digital da ABED**. Disponível em: <www.abed.org.br/informe_digital/516.htm>. Acesso em: 17 jul. 2015.

ou o “calcanhar de aquiles da EAD”, é a dificuldade de manter a motivação dos alunos e evitar o abandono (CASTRO, 2009).

A superação dos preconceitos e desafios internos e externos à EAD ocorre com um trabalho sério e incansável de toda a comunidade imersa no sistema, em uma busca pela manutenção da qualidade do serviço educacional ao aluno.

O público-alvo da EAD constitui-se principalmente de adultos jovens ou maduros (NUTO, 2011 apud MEC, 2011). Sendo assim, faz todo o sentido desenvolver métodos de ensino-aprendizagem voltados aos adultos⁵ baseados no que se chamou de Andragogia (NOGUEIRA, 2004; KNOWLES 1968 e 1980 apud NOGUEIRA, 2004; PRETI, 2002; PIAGET e FREIRE apud NOGUEIRA, 2004).

A designação andragogia foi utilizada pela primeira vez por Knowles, em 1968, no artigo *Adult Leadership* (NOGUEIRA, 2004, p. 3). Mas Crawford (2004, p.1) afirma que o termo foi criado pelo educador alemão Alexander Kapp, em 1833. Para Knowles, a andragogia é “a arte e ciência de facilitar a aprendizagem dos adultos”, distinta da pedagogia, que é “a arte e a ciência de ensinar as crianças” (NOGUEIRA, 2004, p. 3).

Na idade adulta, passa-se a ter mais maturidade e independência e as escolhas passam a ser de responsabilidade do sujeito. O sujeito adulto traz consigo uma bagagem de experiências já vividas que levaram a diversos acertos e erros e consegue diferenciar aquilo que sabe do que desconhece.

Piaget e Paulo Freire estudaram como os adultos aprendem e outros autores dedicam-se ao tema, mas há necessidade não só de estudos, mas do desenvolvimento de metodologias de ensino mais ativas e baseadas no princípio da autonomia, voltadas para os adultos (modelos andragógicos) para superar os modelos *behavioristas* e instrucionais (PRETI, 2002, p. 12). A andragogia deve ser interpretada e conceituada como um conjunto de princípios teóricos e práticos que suscitam em muitos adultos novas forças para realizar aprendizagens com sucesso (NOGUEIRA, 2004, p. 17), pois, infelizmente, muitas IES ainda aplicam para os adultos as mesmas técnicas de ensino empregadas nas escolas de ensino fundamental e médio.

De acordo com Knowles, à medida que se tornam adultos e maduros, os sujeitos sofrem transformações: passam a ser indivíduos independentes autodirecionados; acumulam experiências de vida que serão fundamento e substrato de seu aprendizado futuro; seus interesses pelo aprendizado se direcionam para o desenvolvimento de habilidades que utiliza no seu papel social, na sua profissão; e passam a esperar uma imediata aplicação prática do que aprendeu, reduzindo seu interesse por conhecimentos que serão úteis no futuro (NOGUEIRA, 2004, p. 17).

Os alunos mais aptos à EAD são os que já têm maturidade suficiente para estudar sozinhos, fato que geralmente ocorre com os que já concluíram um curso superior (NUTO, 2011 apud MEC, 2011).

⁵ A população total do Brasil foi projetada em 205,6 milhões de habitantes (6/3/2016). Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 6 mar. 2016. Isso significa que a população entre 0 a 14 anos não passa de 22% da população total e a tendência demográfica do país é esse valor diminuir ainda mais nas próximas décadas.

Como os adultos são a grande maioria dos alunos de EAD, a relação entre esta e a Andragogia é total. A Andragogia constitui-se em um campo de pesquisas muito útil para a EAD e a todo o sistema educacional para o presente e o futuro, devido às novas características demográficas da população brasileira:

Flexibilidade, inclusão e autonomia para o aluno dentro do percurso de aprendizagem. E a metodologia da EAD é voltada para a autonomia do aluno. A pedagogia com maior autonomia para o aluno ainda é um desafio no Brasil, mesmo na EAD nós ainda somos muito cuidadores do aluno frente a outros países (NUTO 2011 apud MEC 2011).

A relação entre andragogia e EAD não se limita à autonomia, autoaprendizagem e disciplina, competências já constituídas na fase adulta, mas compreende metodologias inovadoras nas propostas de cursos e programas de EAD, que realmente se baseiem nos princípios da andragogia para, assim, evitarmos a evasão, tão comum em cursos superiores tanto à distância quanto presenciais.

A seguir discutiremos as ideias centrais deste texto: primeiramente abordaremos a importância da EAD como ferramenta de imenso auxílio do Sistema Educacional Nacional para o desenvolvimento brasileiro; depois trataremos da Andragogia e terminaremos o texto comentando as melhores práticas andragógicas, também aplicáveis, cotidianamente, a alunos de menor idade, como jovens e até mesmo crianças, em determinadas condições.

3. Andragogia e EAD – relação entre teoria e prática

A ideia central da seção “*A importância da EAD para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro*” é que a Educação é um dos principais motores do desenvolvimento, seja qual for a época ou o país, e a defendemos com o conceito de desenvolvimento humano de SEN (2000), prêmio Nobel de Economia por seu livro “*Desenvolvimento como Liberdade*”, e recorreremos também a Beeby (1973), Alves (1981) e a Dowbor (2012 e 2013) para fundamentar a referida tese. Como profissionais da Educação atuando há três décadas advogamos a mesma tese para o desenvolvimento de nosso povo e, conseqüentemente, de nosso sofrido país. Só mesmo a Educação de qualidade pode tirar essa nação do subdesenvolvimento, seja ele social, econômico, político ou ambiental.

Na seção “*EAD e andragogia*”, comentamos o surgimento do livro impresso, revolução que o Ocidente soube utilizar para superar o Oriente (DRUCKER, 1999) e apresentamos a tese afirmada por Drucker (1999) e Dowbor (2013) de que a escola e a educação atuais necessitam de uma revolução fundamentada nas TICs para levar a humanidade ao estágio de desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

Finalmente, na seção “*Teorias e práticas de andragogia em EAD*”, recorreremos a autores como Dowbor (2013), Drucker (1999), Crawford (2005), Davidson e Goldberg (2009) e Lima (2008 apud FGV, 2010) para apresentar princípios teóricos e práticas pedagógicas ligadas à andragogia e, assim, evidenciar práticas positivas para uso em EAD, contribuindo como ferramenta de desenvolvimento humano e econômico.

3.1. A importância da EAD para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro

Beeby (1973) relata os debates, ainda atualíssimos, sobre a qualidade na educação dos anos 1960 nos países pobres do mundo: “À proporção que se tem aprendido mais sobre os problemas educacionais dos países emergentes, torna-se cada vez mais evidente que a qualidade e a quantidade da educação estão inextricavelmente interligadas, e que a relação é complexa” (BEEBY, 1973, p. 25).

De acordo com Dowbor (2012), a partir de 1990 as visões de Amartya Sen e a metodologia dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) levaram o aspecto econômico a ser visto como um meio para melhorar a qualidade de vida das pessoas. “Uma vida com saúde, educação, cultura, lazer, segurança é o que queremos da vida. E a economia tem de se colocar a serviço destes objetivos sociais, da prosaica qualidade de vida” (DOWBOR, 2012 p. 17-8). O autor também lembra que há recursos excedentes para universalizar o desenvolvimento humano e acabar com a miséria no mundo. O investimento adicional total por ano necessário para universalizar serviços sociais básicos como educação básica, saúde, nutrição, saúde reprodutiva, planejamento familiar, acesso à água e saneamento seria de apenas US\$ 40 bilhões, correspondente a apenas 0,1% da renda mundial (DOWBOR, 2012, p. 37).

O desenvolvimento humano cria oportunidades sociais, amplia as capacidades e a qualidade da vida humana [...]. A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade da vida e seu florescimento. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade de vida de toda a população. A natureza altamente trabalho-intensiva dos serviços de saúde e educação básica – e do desenvolvimento humano em geral – faz com que eles sejam comparativamente baratos nos estágios iniciais do desenvolvimento econômico, quando os custos da mão de obra são baixos (SEN, 2000, p. 170-1).

Esta afirmação levou Sen a contestar a fraude teórica que justificava a miséria dos povos como sacrifício inevitável no caminho da eficiência econômica, argumento familiar aos economistas da ditadura militar brasileira (DOWBOR, 2012, p. 112).

Por exemplo, o Relatório da ONU “As prioridades do mundo?”, citado por Dowbor (2012), compara as necessidades anuais não atendidas por insuficiência de recursos com os gastos com outras prioridades: universalizar a educação básica precisaria de mais US\$ 6 bilhões, mas gastam-se US\$ 8 bilhões em cosméticos nos EUA; para universalizar a água tratada e saneamento seria necessário US\$ 9 bilhões, mas gastam-se US\$ 11 bilhões em sorvetes na Europa; para a saúde reprodutiva seriam mais US\$ 12 bilhões, o mesmo gasto em perfumes na Europa e nos EUA; universalizar saúde e nutrição básicas exigiria US\$ 13 bilhões, mas se gastam US\$ 17 bilhões em ração para animais de estimação na Europa e Estados Unidos. Além disso, gasta-se US\$ 35 bilhões em entretenimento para executivos no Japão, US\$ 50 bilhões em cigarros na Europa, US\$ 105 bilhões em bebida alcoólica na Europa, US\$ 400 bilhões em narcóticos no mundo e US\$ 780 bilhões em despesas militares no mundo (DOWBOR, 2012 p. 37). Traduzindo estes dados em poucas palavras: falta apenas vontade política dos governantes mundiais, principalmente dos

países desenvolvidos, em direcionar recursos financeiros aos investimentos necessários para a melhoria da qualidade de vida nos países emergentes.

Considerando o cenário brasileiro, o sistema educacional do início dos anos 1980

não poderá ser instrumento de melhora na distribuição de renda e, mais grave ainda, somente levará a uma perpetuação do atual status quo [porque] o atual sistema educacional brasileiro [década de 1980] contribui para o aumento da concentração da renda e da riqueza [porque as] políticas que meramente visem sua ampliação, como instrumento de distribuição de renda, sem modificar sua estrutura, poderão, ao contrário do que objetivam seus proponentes, levar à maior concentração da renda do que diminuir as desigualdades (ALVES, 1981, p. 347-8).

É ainda Alves (1981) quem afirma que a prioridade da política econômica deveria ser a alteração daquele padrão educacional ao propor políticas educacionais que transformassem o sistema educacional em um componente do desenvolvimento e dizia, naquela época, que o Brasil se deparava com duas alternativas de política educacional:

[O Brasil] pode continuar, como no passado, a expandir quantitativamente o sistema de educação formal em reação a pressões sociais e políticas. [...] A outra alternativa de política consiste na reforma do sistema educacional, dentro de um contexto de uma estratégia alternativa de desenvolvimento econômico nacional que venha modificar as condições de oferta e demanda de educação, de modo a colocá-las em linha com as reais necessidades de recursos da nação (ALVES, 1981, p. 358-9).

Parece que a situação não mudou desde então e que há um círculo vicioso no sistema educacional brasileiro. A desigualdade continua estruturalmente no universo da educação, embora nos últimos vinte anos tenham ocorrido avanços expressivos, mas a educação ainda é o setor mais atrasado e, ao mesmo tempo, o que mais avançou (DOWBOR, 2013 p. 17). O autor informa que houve avanços na quantidade de vagas nos níveis fundamental, médio e universitário comparando-se com as três décadas passadas, mas que o desafio é acrescentar qualidade à quantidade da educação e as novas tecnologias serão fundamentais nesse processo. Apesar dos grandes avanços, o Brasil ainda é um dos dez países mais desiguais do mundo porque os desequilíbrios são estruturais e será muito difícil superá-los enquanto persistir a desigualdade econômica (DOWBOR, 2013, p. 17-18). Uma pessoa muito pobre não terá acesso à educação ou a um bom emprego e continuará pobre, exceto 1% que subirá na vida e será alvo de reportagens (DOWBOR, 2012 p. 107). Assegurar oportunidades econômicas constitui um ponto de partida para qualquer democracia econômica e só ocorre ao democratizar o acesso (DOWBOR, 2012 p. 119-20).

A palavra-chave [para a democratização do acesso ao conhecimento] é a conectividade porque após o investimento inicial para acesso à internet de qualidade, a banda larga, em uma escola ou em um domicílio, todo o conhecimento digitalizado do mundo pode ser acessado. Isso representa uma mudança radical, particularmente para pequenos municípios, regiões isoladas e qualquer segmento pouco equipado, inclusive nas metrópoles (DOWBOR, 2006, p. 11).

Dowbor nos recorda que os setores emergentes da economia não são as fábricas, mas as redes de saúde, educação, atividades culturais, pesquisa e organização do conhecimento etc., e que nos espantamos ao saber que nos EUA as atividades industriais só representam declinantes 14% do PIB e 10% do emprego, enquanto a saúde já representa 17% do PIB. A soma de educação, cultura e segurança passa de 40% do PIB. A economia baseia-se menos em capital fixo (máquinas, equipamentos, construções) e cada dia mais em organização e conhecimento. A nova economia não necessita de gigantismo para ser eficiente porque ele gera deseconomias de escala (prejuízos) devido à burocratização e monopolização do controle do acesso aos serviços essenciais (DOWBOR, 2012 p. 29).

As atividades sociais são capilares, isto é, saúde e educação, por exemplo, têm de chegar a cada pessoa como prestações personalizadas, que envolvem relações de produção diferentes das de uma fábrica. A qualidade da educação não depende só da escola, mas do clima cultural das comunidades e do país. As formas de organização social, geradas por estas atividades, são diferentes das que surgiram com a produção fabril e as atividades sociais são atividades fins. A educação depende de um ambiente rico e denso em informações em todo o território, com bibliotecas, teatros, uma televisão inteligente, vida cultural intensa. Não apenas a fábrica, mas a educação também é investimento, pois renderá formas mais inteligentes de trabalhar (DOWBOR, 2012 p. 65-6, 81).

A tecnologia atual das telecomunicações cumpre papel na democratização da informação e do conhecimento porque pode permitir o acesso por todos. O conhecimento não é mais privilégio de cidadãos urbanos das classes superiores, mas, agora, também está disponível aos cidadãos marginalizados por várias razões, tais como a distância geográfica ou deficiências individuais de formação escolar (DOWBOR, 2013, p. 23). A Educação a Distância, potencializada pelas tecnologias digitais, inclui-se nestas ferramentas de acesso ao conhecimento formal.

Segundo Alves (2007), a educação a distância, modalidade de educação, que, atualmente, utiliza amplamente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e que apresenta em sua essência a separação física entre professores e alunos, é cada vez mais utilizada na Educação Superior e em cursos abertos, entre outros. Portanto, a EAD torna-se uma possibilidade de muitos jovens e adultos de prosseguir os estudos que tiveram de abandonar, no passado, a escola presencial por motivos pessoais ligados à condição social desfavorável, como: distância geográfica, impossibilidade de locomoção, impossibilidade física, horários rígidos de trabalho, baixa renda, etc.

Para Litwin (2001, apud PERCÍLIA, 2015), a EAD por apresentar qualidades específicas pela utilização de uma multiplicidade de recursos pedagógicos, objetivando a construção do conhecimento, apresenta excelentes possibilidades para a educação permanente, isto é, educação para adultos.

3. 2. EAD e Andragogia

Segundo Drucker (1999), o livro impresso foi uma revolução que o Ocidente soube utilizar para superar o Oriente e trouxe as seguintes lições válidas para a EAD: i) uma nova tecnologia de ensino e aprendizado é pré-requisito para o sucesso nacional, cultural e para a competitividade econômica; ii) a tecnologia é menos importante do que as mudanças que ela provoca no ensino e na escola porque são as mudanças que realmente importam e são eficazes mesmo que as mudanças na tecnologia do aprendizado e do ensino sejam mínimas; iii) repensar o papel e a função da educação escolar é mais importante do que a tecnologia: foco, finalidade e valores escolares forçarão as pessoas a fazer coisas novas. Além disso,

equipar os estudantes com os meios para que eles realizem, contribuam e sejam empregáveis é, também, o primeiro dever de qualquer sistema educacional.

As transformações da informação e da comunicação constituem uma revolução tecnológica cujo potencial representa um instrumento de promoção e resgate da cidadania de uma grande massa de marginalizados, criando no país uma base ampla de conhecimento, uma autêntica revolução científica e cultural. Modifica-se profundamente a função do educando, em particular do adulto, que deve se tornar sujeito da própria formação, frente à diferenciação e riqueza dos espaços de conhecimento nos quais deverá participar (DOWBOR, 2013 p. 16; 19).

De acordo com Dowbor (2013), o grande desafio da educação no Brasil é reconstruir uma convergência entre o potencial tecnológico e os interesses humanos. Em nosso país, o setor da educação é uma força que constitui um quarto da população e o conhecimento que ela traz pode levar o planeta a criar uma poderosa alavanca de humanização social. Porém, o setor educacional precisa ampliar radicalmente suas reivindicações e horizontes para superar seus desafios. De acordo com o autor, o ser humano tem prazer em partilhar receitas, ou seja, o próprio conhecimento, que é um fator de produção que, contrariamente às *commodities* (arroz, aço, petróleo etc.) não se reduz com o consumo; ao contrário, como ideias geram novas ideias, o estoque de ideias se multiplica (DOWBOR, 2013, p. 46).

Para o autor, o ensino superior “deveria ser profundamente revisto e deveria ultrapassar o seu formato fechado, de licenciatura em 4 ou 5 anos, para se abrir a ciclos de atualização científica do estudante de qualquer idade” (DOWBOR, 2013, p. 25). Ele também explica que o formato fechado dicotômico por carreiras “acadêmicas” e “técnicas” é um anacronismo porque estamos na era da flexibilidade e da gestão do conhecimento e não da gestão de diplomas, por isso devemos abrir a escola para o mundo que a cerca. Para isso, trata-se da dimensão horizontal do sistema, por meio da organização das redes interativas de colaboração, que vão além do universo da educação, pois é o conjunto das atividades humanas que evolui do conceito tradicional de autoridade em “pirâmide” para a chamada “sociedade em rede”, a *network society* (DOWBOR, 2013, p. 30). Dowbor comenta esse novo mundo de conhecimento da Internet, que nos serve como palavras de incentivo ou de advertência a respeito do futuro:

A educação, que trabalha com informações e conhecimento e cuja matéria prima é, portanto, de total fluidez nos novos sistemas de informática e telecomunicações, é, sem dúvida, a primeira a ganhar com o conceito de rede. Este potencial pode se transformar, na linha de uma Internet universal, num tipo de *pool* mundial de informações e entretenimento, gerando uma verdadeira sociedade do conhecimento, ou se tornar um instrumento global de manipulação, fator de empobrecimento cultural, de dominação política, e de desequilíbrios econômicos mais profundos (DOWBOR, 2013, p. 44).

A escola vem passando por mudanças em seu papel e em sua posição social. Antes ela se preocupava apenas com os jovens, mas na sociedade do conhecimento, a escola passa a ser também a instituição dos adultos, principalmente dos altamente instruídos e passa a ser responsável pelo desempenho e pelos resultados (DRUCKER, 1999, p. 187). O autor afirma que a escola continuará ensinando os jovens, mas, com a transformação do aprendizado em atividade vitalícia, as escolas precisarão reorganizar-se. Elas terão de se transformar em “sistemas abertos” cujo novo axioma da escola da sociedade do conhecimento será: quanto maior a escolaridade da pessoa, mais ela precisará de estudo

adicional (DRUCKER, 1999, p. 196; DOWBOR, 2013, p. 30). Manter o acesso aberto ao ensino avançado, independentemente da idade ou do nível educacional anterior, é uma necessidade social porque as pessoas, em qualquer estágio de suas vidas, devem poder continuar sua educação formal e se qualificarem para o trabalho do conhecimento. A sociedade deve ter pessoas em qualquer trabalho para o qual estejam qualificadas, independentemente de sua idade (DRUCKER, 1999, p. 197; DOWBOR, 2013 p. 16; 19).

Em 1996, quando a UNESCO organizou a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI – cujo produto foi o relatório “*Educação: um tesouro a descobrir*” – já se previa que a aprendizagem seria para toda a vida, por meio dos quatro pilares para educação do século XXI. O primeiro pilar é *aprender a conhecer*, pois, mais importante do que a quantidade de saberes codificados é o desejo e a capacidade de aprender. O segundo é *aprender a fazer*, que está relacionado ao conceito de competência, ou seja, o sujeito precisa estar apto para enfrentar diferentes situações. O terceiro é *aprender a conviver*, já que é preciso desenvolver a compreensão do outro, a percepção das interdependências, a empatia e estar preparado para gerir conflitos. O quarto é *aprender a ser*, ou seja, a educação precisa contribuir para o desenvolvimento total da pessoa (DELORS et al, 2010).

3. 3. Teorias e práticas de andragogia em EAD

Segundo Dowbor (2013), a formação de adultos precisa ser revista em profundidade porque não se pode tratar adultos como se fossem crianças que precisam recuperar o “atraso” porque o adulto está profundamente integrado na luta pela vida e os sistemas que o infantilizam são humilhantes. De acordo com Drucker (1999), a realização que motiva, baseada nos pontos fortes do estudante, é fazer excepcionalmente bem aquilo em que já se é bom. Escolas e professores sabem disso, mas raramente podem focar os pontos fortes dos alunos e desafiá-los porque quase todo o tempo nas salas de aula ocidentais, até a graduação na universidade, é usado para corrigir pontos fracos. As TIC transformam os professores, tanto de EAD quanto presenciais, em líderes das atividades ao liberar tempo para identificar pontos fortes dos alunos, focalizar esses pontos e levar os estudantes à realização porque as tarefas rotineiras de assistentes de ensino passam a ser feitas pelo computador (DRUCKER, 1999, p. 193-5).

Outro fato é que o trabalho também é um lugar para adultos aprenderem. O treinamento, antes restrito a iniciantes, torna-se atividade vitalícia e o adulto, especialmente o que possui conhecimento avançado, é ao mesmo tempo treinador e treinado, professor e aluno. Na década de 1990, os empregadores já gastavam com o treinamento dos empregados adultos nos EUA o mesmo que o país gastava na educação dos jovens nas escolas formais (DRUCKER, 1999, p. 198). Anos mais tarde, já vimos, a soma de educação, cultura e segurança passava de 40% do PIB daquele país (DOWBOR 2012, p. 29).

Drucker também se referia ao rendimento do conhecimento que deve ser ensinado, ou ao menos aprendido, na escola, porque será alcançado na prática e não na escola porque as únicas instituições de ensino preocupadas com o rendimento do conhecimento são as de profissões liberais (engenharia, medicina, direito e administração) uma vez que focalizam a prática e não a teoria. Mas, no futuro, todos deverão ser capazes de elevar o rendimento do conhecimento ao ensinar o processo (conceitos, diagnósticos, habilidades) que é um desafio educacional (DRUCKER, 1999, p. 195; 199).

Como a aprendizagem é um processo, desenvolver um ambiente para suporte ao processo ensino/aprendizagem em EAD (com apoio nas tecnologias de informação e de comunicação) pressupõe um planejamento cuidadoso (FRANCIOSI et al., 2001 apud CASTRO e LADEIRA, 2009) e a implantação da

gestão escolar por processos, ou seja, em uma estrutura horizontal e interdisciplinar (CASTRO e LADEIRA, 2009).

Drucker (1999) trouxe sua visão para as novas especificações da escola que opinamos poder servir para Andragogia. Segundo o autor, a escola da qual necessitamos: i) deve prover uma educação universal de ordem superior e muito além do que ela significa hoje; ii) deve imbuir nos estudantes de todos os níveis e idades a motivação e a disciplina do aprendizado permanente; iii) tem de ser um sistema aberto, acessível a pessoas muito instruídas e às que não tiveram acesso a uma educação formal avançada; iv) precisa comunicar conhecimento como substância e também como processo; v) o ensino não pode mais ser um monopólio das escolas na sociedade atual porque a educação precisa permear toda a sociedade. Todos os tipos de organizações empregadoras (empresas, agências governamentais, instituições sem fins lucrativos) também precisam se transformar em instituições de aprendizado e ensino. Cada vez mais as escolas devem trabalhar em parceria com empregadores e suas organizações (DRUCKER, 1999, p. 190).

Especificamente sobre a andragogia, Crawford (2005) informa que Knowles, apoiando-se nas teorias de Cross, Gagne, Houle, Rogers, Tough e outros, desenvolveu o modelo andragógico baseado em várias hipóteses que diferem dos modelos pedagógicos e incluem:

1. Por que conhecer: adultos precisam saber porque aprender antes de começar a estudar;
2. Autoconceito: adultos são responsáveis por suas próprias decisões e quando alcançam seu autoconceito, desenvolvem uma profunda necessidade psicológica de ser vistos e tratados por outros como capazes de autodireção;
3. A experiência do aluno: adultos vão para as aulas com volume maior e uma qualidade diferente de experiências da juventude;
4. Prontidão para aprender: adultos ficam prontos para aprender as coisas que necessitam saber para enfrentar as situações da vida real;
5. Orientação para aprendizagem: diferentemente de crianças e jovens, cuja orientação para aprender é centrada no objeto (ao menos na escola), os adultos são centrados na vida (tarefa ou problema) em suas orientações para aprender;
6. Motivação: é o desejo para aumentar satisfação no emprego, autoestima, qualidade de vida e semelhantes (Knowles, 1990 p. 57-63 apud CRAWFORD 2005, p. 1).

Knowles concebeu a aprendizagem ao longo da vida. Uma habilidade particular pode ser ensinada uma vez só; mas, em um ambiente de apoio, o aluno pode aprender novas metodologias ou abordagens a qualquer instante, a partir de seus companheiros de turma (CRAWFORD 2005, p. 1 – 2).

Os métodos andragógicos são melhores, quando podem ser aplicados em situações comunitárias e empresariais, nas quais os departamentos de recursos humanos poderiam utilizar os princípios andragógicos ao elaborar os programas de desenvolvimento do colaborador. A andragogia pode não ser apropriada ao ensino superior, mas algumas das suas práticas podem ser utilizadas no curto prazo, tais como, estudos de caso e discussões em grupo para que os alunos partilhem perspectivas e experiências de vida com os companheiros de turma (CRAWFORD, 2005, p. 2).

Davidson e Goldberg (2009, p. 26-35) sugeriram dez princípios para o futuro da aprendizagem que se encaixam perfeitamente na EAD para adultos, portanto, na andragogia:

1. Autoaprendizagem: descobrir possibilidades *on-line* é, agora, uma habilidade desenvolvida desde a infância até a vida adulta avançada;
2. Estruturas horizontais: de igual modo, uma estrutura cada vez mais horizontal pressiona a forma como as instituições de ensino e seus aparatos de suporte proporcionam o aprendizado;
3. Da autoridade presumida à credibilidade coletiva: a aprendizagem está mudando de questões não oficiais a questões de credibilidade. Grande parte do futuro da aprendizagem estará no desenvolvimento de métodos para distinguir boas fontes de conhecimento das questionáveis;
4. A pedagogia descentralizada: muitos administradores e professores de escolas médias e de ensino superior limitam o uso de fontes de conhecimento coletivo e colaborativo, cuja mais famosa é a Wikipedia, por atribuições do curso ou diretrizes rigorosas para a consulta e referência. Para os autores esta é uma catastrófica reação anti-intelectual a uma construção de conhecimento (*knowledgemaking*) a um épico fenômeno global. Banir fontes como a Wikipedia é jogar fora um importante impulso colaborativo de construção de conhecimento de toda a humanidade, disposta a contribuir, corrigir e a coletar informações sem remuneração e isto é, por definição, educação;
5. Rede de aprendizagem: a aprendizagem colaborativa em redes sociais amplia algumas práticas, virtudes e hábitos estabelecidos da aprendizagem individualizada, tais como revezar-se em falar, fazer perguntas e ouvir os outros;
6. Educação de código aberto (Open Source): a aprendizagem em rede baseia-se e aprofunda-se nas interconexões da cultura de código aberto, que compartilha aberta e livremente a criação da cultura, tanto em seus processos de produção quanto em seu produto, o conhecimento;
7. Aprendizagem conectiva e interativa: os melhores resultados das redes sociais são a produção conjunta de aprendizagem, na qual os membros apoiam-se, sustentam-se, extraem e expandem suas aprendizagens, contribuições e produtos.
8. Aprendizagem ao longo da vida: ficou evidente que a aprendizagem participativa não tem fim porque aprender é para a vida toda e não apenas no sentido socrático de usar esse tempo para descobrir, à medida que se estuda, o pouco que se sabe. É ao longo da vida, talvez também no sentido antiplatônico de que as mudanças mundiais cada vez mais rápidas significam a necessidade de adquirir novos conhecimentos para enfrentar e adaptar às novas situações e desafios sem precedentes, nos âmbitos econômico, social e cultural.
9. Instituições de ensino em redes: as redes de aprendizagem colaborativa também alteram a forma como é pensada as instituições de ensino e geralmente a cultura de rede altera o modo como se pensa a respeito dessas instituições.
10. Escalabilidade e simulações flexíveis: ambas facilitam a aprendizagem em rede e devem permanecer abertas às várias possibilidades de aprendizagem desde o pequeno e local até o grande e distante, capazes de contribuir produtivamente para a formação e o domínio do conhecimento (DAVIDSON e GOLDBERG, 2009, p. 26-35).

Uma teoria de aprendizagem muito importante é o socioconstrutivismo de Vygotsky, que concebe o ensino-aprendizagem como um processo que inclui quem ensina e quem aprende e a relação entre eles. Seu conceito de zona de desenvolvimento proximal trata-se da distância entre o nível de desenvolvimento real, o que o indivíduo faz sozinho e o desenvolvimento potencial, o que realiza sob orientação ou colaboração de indivíduos mais capazes (Lima, 2008, apud FGV On Line, 2010, p. 3). Em palavras simples, aprendemos uns com os outros e não importa se estamos em uma sala de aula presencial ou virtual, mas sim, a interação entre as pessoas motivadas a aprender e a construir seu próprio conhecimento e, com isso, a ampliar o conhecimento da humanidade.

Nas “Considerações finais”, as palavras de Alves (1981) continuam, infelizmente, atuais quando afirma que o Brasil precisa escolher entre a simples universalização do ensino e uma séria reforma do sistema educacional. Opinião compartilhada também por Drucker (1999), Dowbor (2012 e 2013) e por nós. A seguir, a *ideia central* é que o *adulto deve se tornar sujeito de sua própria formação* e nesse século dispõe das TIC à sua disposição, para aprender onde e quando tiver necessidade e motivação. Fechando o texto, tecemos nossas considerações a respeito das teorias e práticas de Andragogia aplicadas à EAD, cujo público-alvo principal é a população adulta de nosso país.

4. Considerações finais

Sobre educação e desenvolvimento econômico, cremos que não há palavras melhores do que as de Alves (1981):

[...] são os recursos humanos de uma nação os maiores responsáveis por seu desenvolvimento econômico-social. Para maximizar o uso desses recursos o país precisa orientar o seu sistema educacional na direção das aspirações de *todo* o seu povo. [...] Nós encerramos com uma advertência: não seremos somente nós, economistas, nem os planejadores e *experts* em educação que farão a educação contribuir de forma permanente para o desenvolvimento nacional. Será talvez mais importante a habilidade dos políticos e de suas políticas em transformar o padrão de desenvolvimento de forma a garantir a igualdade, a dignidade e o desenvolvimento da pessoa humana. (ALVES, 1981, p. 362 – grifos do autor).

Assim, vivemos uma época de transição entre dois modelos educacionais: um vertical e quantitativo, ainda da época pré-sociedade do conhecimento e outro horizontal e qualitativo, da atual sociedade do conhecimento em rede. O caminho a trilhar dependerá da intensidade da pressão popular sobre as classes políticas de nosso país, cujo tímido ensaio foi os protestos na época da Copa do Mundo com faixas e cartazes contestando bilhões de reais dos cofres públicos gastos em “arenas” de futebol, enquanto educação e saúde públicas estão em condições lamentáveis.

Quanto ao segundo tema deste pequeno texto, EAD e Andragogia, revisitamos alguns conceitos-chave: repensar o papel e a função da educação escolar é mais importante do que a tecnologia (DRUCKER, 1999); o adulto deve se tornar sujeito de sua própria formação; o grande desafio da educação no Brasil é fazer convergir o potencial tecnológico com os interesses humanos; no Brasil, o setor da educação constitui 25% da população e o conhecimento que ela traz pode levar o planeta a um grande

desenvolvimento humano (DOWBOR, 2013). Essas palavras de Dowbor encontram eco em Amartya Sen e nós engrossamos essa opinião de que a educação é um dos principais motores do desenvolvimento de uma nação.

Especificamente sobre o ensino superior, também acreditamos que deva ser aberto a todos e que sejam eliminadas as dualidades entre acadêmico e técnico; que deva ser para toda a vida e respeitar as características da personalidade adulta, como se referiram Dowbor (2013) e Drucker (1999). Quanto às teorias e práticas de andragogia em EAD, Dowbor (2013) nos traz a questão ética da formação de adultos ao lembrar das características próprias e diferentes do aprendizado de adultos quando comparado ao das crianças. O respeito às particularidades do aprendizado adulto é, em nossa opinião, o componente mais importante para o sucesso da educação de adultos, já imersos na luta pela vida.

Drucker (1999) nos contempla com a realização que motiva, baseada nos pontos fortes do estudante. Talvez, em nossa opinião, o maior desafio da instituição escolar (presencial ou EAD; para crianças ou adultos) seja descobrir e focar os pontos fortes de cada aluno utilizando as TIC em benefício de cada um deles. Também Drucker (1999) aconselha que a escola deve se preocupar com o rendimento do conhecimento e focalizar a prática, não a teoria, ensinando o processo (conceitos, diagnósticos, habilidades).

Sobre as novas especificações da escola, também Drucker (1999) trouxe contribuições à Andragogia e reforçamos que chegou o momento da qualidade do processo educativo e isso, em nossa opinião, traz em seu bojo a motivação para aprender. A transformação em um sistema aberto a todos, não importando o nível de instrução formal, é uma ação democrática e, como diria Sen, que visa ao desenvolvimento humano universal.

Sobre a andragogia, desenvolvida por Knowles (mas não criada por ele), destacamos o por que conhecer, fato já explicado pelo mestre Paulo Freire: “a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar mais, perguntar, re-conhecer”(FREIRE, 1996, p. 36). Outra expressão-chave é reconhecimento e valorização das ações e experiências. Além disso, talvez por satisfação urgente das necessidades e escassez de tempo livre, os adultos buscam aprender aquilo que necessitam saber para resolver seus problemas do dia a dia, que pode ser, por exemplo, no emprego visando a uma satisfação pessoal de melhora na qualidade de vida. É isso que gera a motivação no aluno, segundo Knowles (1990 p. 57-63) apud Crawford (2005).

A respeito de quando (e como) usar a Andragogia, Crawford (2005) deu um exemplo prático de Knowles, onde explica que para conceitos anteriormente desconhecidos do aluno, as instruções devem ser organizadas por tarefa e apresentadas de modo semelhante ao que será utilizado no dia a dia. O aluno deve estar em um ambiente que valorize sua aprendizagem autodirigida para que ele possa **aprender** novas metodologias **ao longo da vida** ou abordagens a qualquer momento e a partir de seus companheiros de turma. Os métodos andragógicos podem ser utilizados por comunidades e indústrias/corporações nas capacitações de seus colaboradores (CRAWFORD, 2005). Mas o autor não recomenda a aplicação da andragogia ao ensino superior, exceto no curto prazo, como estudos de caso e discussões em grupo numa partilha de perspectivas e experiências de vida com os companheiros de turma (CRAWFORD 2005, p. 2 – tradução nossa).

Sobre os dez princípios para o futuro da aprendizagem de Davidson e Goldberg (2009, p. 26-35), queremos destacar alguns, embora todos sejam importantes. Em nossa opinião, o segundo princípio,

sobre as estruturas horizontais, se não for uma revolução na educação, compreende ao menos uma grande reforma no sistema porque incita a interdisciplinaridade do conhecimento e, como diria Beeby (1973), há muita resistência contra as mudanças na educação. Também destacamos o quarto princípio, a pedagogia descentralizada, que levanta o preconceito de muitos em escolas médias e superiores que censuram ou boicotam uma das maiores fontes de conhecimento coletivo e colaborativo no planeta: a Wikipédia, uma enciclopédia livre *on-line* em diversos idiomas, inclusive o português. Concordamos com os autores que essa atitude é uma reação anti-intelectual a uma construção de conhecimento da humanidade. Façamos um paralelo, não sabemos se apropriado, com um antigo preconceito contra o conhecimento tradicional das comunidades indígenas e rurais do interior do Brasil, que também foi alvo de discriminação por muitos anos por parte da comunidade científica nacional, fato só “resolvido” com a promulgação de leis, reconhecendo o valor do conhecimento tradicional. Como disseram os autores, o processo de construção do conhecimento na Wikipédia, além de colaborativo classifica-se como educação.

Em nossa opinião, os princípios das redes de aprendizagem, da educação de código aberto (*open source*) – que significa para nós uma internet livre para aprender –, da aprendizagem conectiva e interativa, instituições de ensino em redes e o princípio da escalabilidade e simulação flexíveis classificam-se dentro do socioconstrutivismo de Vygotsky, que é, para nós, uma das mais importantes teorias de aprendizagem já desenvolvidas. Para Vygotsky, ensinar e aprender é um processo que inclui quem ensina e quem aprende e a relação entre ambos. Paulo Freire diz isso de um jeito poético: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 12). Enfim, aprendemos uns com os outros e não importa qual seja o ambiente de aprendizado (presencial ou EAD), porém o essencial é a interação entre pessoas motivadas a aprender e a construir seu próprio conhecimento e, com isso, contribuem para ampliar o conhecimento de toda a humanidade.

Terminando, como vários autores aqui citados afirmaram: a aprendizagem é ao longo da vida. Os antigos diziam: “a gente morre aprendendo”. Além das escolas, a educação formal também é implementada por outras instituições sociais, tais como as organizações empregadoras, dotadas das universidades corporativas. Drucker (1999) nos lembrou há anos que o local de trabalho também é um lugar para os adultos aprenderem.

5. Referências

Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). **CENSO EAD Brasil 2014**: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2015. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead2014/CensoEAD2014_portugues.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2016

ALVES, D. C. O. **Educação e Desenvolvimento Econômico**. In: PEREIRA, W. (Coord.). Manual de Introdução à Economia. São Paulo: Saraiva, 1981. p. 347-362.

ALVES, J. R. M. **A História da Educação a Distância no Brasil – Carta Mensal Educacional**. Ano 16, n. 82. Jun. 2007. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_82/index.htm> Acesso em: 7 mar. 2016.

BAZON, S. D. 2015. A RELEVÂNCIA DA EAD PARA O FOMENTO DA EDUCAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL: **Universidades Corporativas**. Trabalho Final de Curso (Monografia), Laboratório de Novas Tecnologias, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

BEEBY, C. E. **Educação e Desenvolvimento Econômico**. Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CASTRO, C. M. Embromação a distância? **Veja**, 15. abr. 2009. Ed. 2108. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/150409/p_024.shtml>. Acesso em 04. fev. 2013.

CASTRO, J. M.; LADEIRA, E. S. Gestão e Planejamento de Cursos a Distância (EAD) no Brasil: um estudo de casos múltiplos em três instituições de ensino superior. **Revista Gestão e Planejamento**, Vol. 10, N°. 2. Salvador, Jul./Dez. 2009, p. 229-247. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/344/771>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

CHAGURI, J. P. **O Uso de Atividades Lúdicas no Processo de Ensino/Aprendizagem de Espanhol Como Língua Estrangeira Para Aprendizes Brasileiros**. Disponível on line em: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/u00004.htm>. Acessado em 05 de setembro de 2012.

CITELLI, A. **Outras Linguagens na escola: Publicidade, cinema e TV, rádio, jogos e informática**. São Paulo: Cortez, 2000.

CRAWFORD, Steven R. **Andragogy: Malcolm Knowles**. Regis University Academic. Disponível em: <<http://academic.regis.edu/ed205/Knowles.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

CRUZ NETO, O. **Trabalho de campo como descoberta e criação**. In MINAYO, M.C.S (org) Pesquisa social; teoria, método e criatividade. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAVENPORT, T., PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Tr. Lenke Peres. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

DAVIDSON, C. N.; GOLDBERG, D. T. **The Future of Learning Institutions in a Digital Age**. Cambridge (EUA): MIT Press/MacArthur, 2009. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/free_download/9780262513593_Future_of_Learning.pdf>. Acesso em: 6 ago 2015.

DELORS, J. et al. **Educação. Um Tesouro a Descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília: UNESCO, 3ª ed. 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2016.

DOWBOR, L. **Democracia Econômica: Alternativas de gestão social**. 2012. Disponível em: <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/12-DemoEco1.doc>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

_____. **Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação**. 2013. <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2001/01/13-TecnDoCnh2013.doc>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. **Educação e Desenvolvimento Local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/06edulocalb.doc>>. Acesso em: 18 ago 2015

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. Tradução de Nivaldo Montingelli Junior. São Paulo: Pioneira/Publifolha, 1999.

_____. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

EBOLI, M. **Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades**. São Paulo: Editora Gente, 2004. 278 p. Bibliografia.

_____. (Coord.). **Coletânea Universidades Corporativas – Educação para as empresas do século XXI**. São Paulo: Editor Adolfo Schmukler. 1999. ISBN 8585699- 84-3.

_____. **Desenvolvimento e alinhamento dos talentos humanos às estratégias empresariais: o surgimento das Universidades Corporativas**. São Paulo: Schmukles Editores, 1999.

E-LEARNING BRASIL. **Dados de Mercado**. Disponível em : www.elearningbrasil.com.br/ . Acessado em 23.mai.15.

FREITAS, M. C. D. **Educação Corporativa: um método de apoio à decisão para implantação nas organizações empresariais** – Disponível em: <<http://bibliotekevirtual.org/teses/f/TF>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); Equipe CTAE. **Conectivismo**. Disponível em: <http://www5.fgv.br/ctae/publicacoes/Ning/Publicacoes/00-Artigos/Conectivismo/Artigos_Conectivismo.pdf>. Acesso em: 8 ago 2015

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010**: Divulgação dos principais resultados: out. 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/censo_2010.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

LAPA, Andrea Brandão. **Introdução à Educação a Distância**. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <http://pigEAD.lanteuff.org/mod/url/view.php?id=17844&redirect=1>. Acesso em 18 out. 2013.

LIPMAN, M. **O Pensar na Educação**. Editora Vozes, 1995, RJ.

LOWMAN, J. **Dominando as técnicas de ensino**. Tradução: Harue Ohara Avritscher. São Paulo: Atlas, 2004.

Portal Brasil. **Matrículas em cursos tecnológicos aumentam 5,4%. Publicado em 10/09/2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/matriculas-em-cursos-tecnologicos-aumentam-5-4>>. Acesso em: 29 mai. 2015.**

MEISTER, J. **Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das Universidades Corporativas**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). TV Escola. Programa Um Salto para o Futuro: EaD antes e depois da Cibercultura. 25 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AoR8Bfo4pG4>> acesso em: 8 jul. 2015.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. Publicado em 1º de julho de 2008. Disponível em: <http://www.prodocente.redintel.com.br/cursos/000009/colaboracao/art_EAD_moran_que_e_educacao_a_distancia.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

NOGUEIRA, S. M. A andragogia: que contributos para a prática educativa? **Linhas**, v. 5, n. 2 (2004). Revista da Pós-graduação em Educação da UDESC. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1226/1039>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

PERCÍLIA, E. Aprendizagem em EAD. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilestela.com/educacao/aprendizagem-ead.htm>> Acesso em: 7 mar. 2016.

PRETI, O. **Bases Epistemológicas e Teorias em Construção na Educação a Distância**. Disponível em <http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos_site_uab/bases_epistemologicas.pdf>. Acesso em 13 nov. 2013.

RAMPAZZO, L. Metodologia Científica. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, C. A. N. **Um estudo sobre as principais causas da evasão na educação a distância – EAD**. Fundação Getúlio Vargas-FGV/EBAPE, 2009. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6978/CONCEIÇÃO APARECIDA.pdf](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6978/CONCEIÇÃO_APARECIDA.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Conexão EAD**: entrevista Fatima Guerra, professora da Faculdade de Educação da UNB. Parte 1: História da EAD. UNB/CEAD, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0DvFsd0m15Y>>. Acesso em: 7 jul. 2015.